



*Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal*

*Senhora Diretora do Agrupamento de Esc. Abade de Baçal*

*Senhora e Senhor Secretários da Mesa da Assembleia Municipal*

*Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal*

*Senhora e Senhores Vereadores*

*Senhoras e Senhores Presidentes das Juntas e Uniãos de Freguesias*

*Senhor Primeiro Secretário da CIM-TTM*

*Digníssimas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas*

*Senhoras e Senhores Convidados (especial referência ao Eng.º António JN) (ex-Presidentes das Juntas de Freguesia)*

*Anteriores Presidente de Assembleia Municipal aqui presentes*

*Representantes das Escolas aqui presentes e professores*

*Chefias da Câmara Municipal de Bragança*

*Comunicação social*

*Minhas Senhoras e Meus Senhores*

Comemoramos, hoje, 40 anos da Revolução do 25 de abril de 1974, um dos mais altos momentos da história de Portugal, que restituiu a liberdade ao povo, pilar essencial da democracia e da cidadania, dando origem a profundas alterações na organização social, económica e política do nosso País.



O povo, fustigado por quase meio século de censura, opressão e autoritarismo, saiu à rua, gritando palavras de alegria e entusiasmo pela queda da ditadura. Nesse dia, para a grande maioria dos portugueses nasceu a esperança num futuro melhor, com mais coesão territorial, justiça social, solidariedade, liberdade de expressão, igualdade e fraternidade.

Em Bragança, as notícias da Revolução foram recebidas com alguma expectativa e no próprio dia 25 de abril de 1974, ao fim da tarde, algumas pessoas juntaram-se na Praça da Sé comentando, de forma tímida e discreta, os acontecimentos que então se desenrolavam.

A grande manifestação popular de apoio às Forças Armadas e à Junta de Salvação nacional, segundo a edição de 03 de maio de 1974, do Mensageiro de Bragança, ocorreu no dia 27 de abril, na Praça da Sé, teve início às 18 horas e reuniu milhares de pessoas, nomeadamente muitas centenas de jovens estudantes de ambos os sexos e muitos outros das classes trabalhadoras para, em seguida, se encaminharem para a sede do



comando do batalhão de Caçadores n.º 3, onde expressaram o seu entusiasmo pelo triunfo do movimento militar.

É inquestionável que em quatro décadas passadas, sobre o 25 de abril de 1974, foram implementadas importantes políticas públicas de desenvolvimento, que contribuíram para a melhoria das condições de vida e bem-estar dos cidadãos, e para uma convergência para níveis mais elevados de desenvolvimento humano, aproximando-se Portugal dos restantes Países da União Europeia.

Para isso em muito contribuiu, uma outra importante conquista de abril de 1974, o Poder Local Democrático.

Devido à proximidade que o Poder Local tem com as populações e ao conhecimento que tem dos recursos locais, são os principais agentes de desenvolvimento sustentável e o seu papel é fundamental no quadro do paradigma da coesão territorial.

Nas últimas quatro décadas, também, o Concelho de Bragança registou um assinalável e notável



desenvolvimento regional, quando comparado com outras capitais de distrito do interior (Guarda, Castelo Branco, Portalegre e Beja). Em 1981 Bragança apresentava um índice de desenvolvimento negativo (-1,9), passando em 2011 para 6,4, registando o melhor índice no conjunto das capitais de Distrito analisadas pelo Professor Doutor Francisco Cepeda.

Ao nível da formação da população do Concelho, em 2011, segundo os últimos censos, a percentagem dos residentes com licenciatura completa foi superior em 4% face à média do País, 5,6% acima da Região Norte, 6,5% acima da média do Alto Trás-os-Montes e 5,98% acima da média do Distrito de Bragança.

O Concelho ganhou capacidade exportadora, com empresas viradas para o mercado externo, inovadoras, com tecnologia de ponta e modelos organizacionais de última geração e de excelência, num mundo cada vez mais globalizado.

As grandes transformações ocorridas no Concelho conduziram a uma melhoria da qualidade de vida dos



Bragançanos, repercutindo-se no aumento do seu poder de compra, que evoluiu consideravelmente.

Durante os últimos anos foram construídos os alicerces para a construção de uma nova edificação imaterial, virada para o conhecimento, a inovação, a criação de riqueza e emprego, nomeadamente para os mais jovens, por forma a prosseguir os grandes objetivos de desenvolvimento apresentados na estratégia para o próximo período de financiamento “Portugal 2020”, assentes numa “estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”.

A nível nacional e apesar do desenvolvimento global do País, promovido de forma consolidada após a adesão, em 1986, à então CEE, continuam a prevalecer enormes assimetrias regionais e problemas de coesão territorial, com o despovoamento do interior e a concentração urbana no litoral, em resultado de sucessivas políticas centralistas. A prova disso é que, em 2011, na região da Grande Lisboa estava concentrada 19% da população, 25% do emprego total e 37% do PIB.



Para um desenvolvimento harmonioso do país deverão ser implementadas políticas eficientes que invertam tendências de esvaziamento regional ou que contribuam para uma sustentabilidade demográfica. É urgente espalhar os recursos pelo país, as políticas públicas não deverão seguir as conhecidas regras de mercado, da lei da oferta e da procura. Se não há gente fecha-se determinado serviço. Tais decisões irão contribuir, ainda mais, para o despovoamento do interior, quando uma das funções incumbidas ao Estado deveria ser reequilibrar territorialmente o País.

Os problemas do desenvolvimento do território só serão resolvidos através de uma estratégia de médio e longo prazo, situação que exige uma reflexão muito profunda e consensual dos vários partidos políticos, que deverão ter a capacidade e a visão de repensar o País como um todo, deslocalizando serviços de Lisboa para o interior, sendo a atual Reforma do Estado uma boa oportunidade para redefinir um novo paradigma de desenvolvimento regional, por forma a travar os grandes fluxos de população para os centros urbanos do litoral.



Os tempos são difíceis e a situação de emergência do País exige de todos nós um grande espírito de resistência aos sacrifícios que nos são impostos diariamente.

No entanto a atual crise não pode ser um pretexto para quem tem responsabilidades políticas virar as costas aos problemas do interior e promover, reiteradamente, políticas centralistas, retirando importantes serviços públicos para as populações, desinvestindo em regiões que sempre deram provas de patriotismo e sempre contribuíram para o crescimento e desenvolvimento sustentável do País.

Continuaremos a lutar pelos interesses da Região e dos Bragançanos, em defesa dos seus anseios, para que os jovens possam ter, no futuro, melhores condições de vida.

Bragança está mais longe de Lisboa devido à suspensão da ligação aérea. Neste âmbito, continuaremos a reivindicar o restabelecimento urgente dessa ligação aérea, assim como a continuação do IP2 para Norte, entre Bragança e Puebla de Sanábria e a expansão do Aeródromo Municipal de Bragança para Aeroporto Regional.



Não compreendemos os argumentos da Comissão Europeia para o não financiamento de novas estradas no âmbito do próximo quadro comunitário de apoio, baseados na elevada taxa de cobertura *per capita* de autoestradas em Portugal.

Segundo o Relatório da Competitividade Global 2013-2014, apresentando em Davos, no Fórum de Economia, Portugal tem a quarta melhor rede de estradas a nível mundial.

Verifica-se, no entanto, que a grande concentração de autoestradas está no litoral e não no interior, pelo que o correto e justo seria uma análise à situação particular de cada região e não no seu todo. Bragança foi o último distrito de Portugal a ser servido por autoestrada, encontrando-se ainda com algumas debilidades ao nível das acessibilidades rodoviárias, nomeadamente as ligações de Bragança a Vinhais e Bragança a Vimioso, e com um estrangulamento na ligação à Rede Transeuropeia de Transportes, apenas colmatada com a continuação da ligação do IP2 entre Bragança e Puebla de Sanábria, que será fundamental para garantir o desenvolvimento



sustentável e a coesão económica, social e territorial de toda a região Norte, garantindo uma verdadeira rede de transportes multimodal.

Também na área da saúde o Nordeste Transmontano tem sido fortemente penalizado, tendo o Município de Bragança reivindicado, junto do Governo, um financiamento mais justo e equilibrado para a Unidade Local de Saúde do Nordeste, assim como melhores instalações e equipamentos, e mais especialidades para a promoção e melhoria da saúde da população.

Os desafios atuais e futuros de Bragança deverão estar direcionados para áreas que assegurem prosperidade e bem-estar aos Bragançanos, crescimento e riqueza, associados a um desenvolvimento sustentável, concretizado através de três grandes linhas orientadoras: a coesão social, a regeneração urbana e desenvolvimento económico e competitividade.

Com trabalho, muito trabalho, grande sentido de responsabilidade, rigor e boa gestão dos recursos públicos, será possível olhar com confiança o futuro, porque acredito



nos Bragançanos, nas Instituições e nas Empresas desta sub-região, que diariamente dão o seu melhor, lutam com todas as suas forças contra as várias adversidades advindas da interioridade, mas não se resignam, arregaçam as mangas e lutam, dia após dia, em prol do bem-comum e do futuro deste Concelho.

É nosso dever, enquanto cidadãos que herdámos um país livre, fruto do sonho dos Capitães de Abril, lutar diariamente pela liberdade, pela promoção da cidadania e da democracia e que isso se traduza numa melhor qualidade de vida dos nossos concidadãos.

Viva a Liberdade!

Viva Bragança!

Viva Portugal!

O Presidente da Câmara Municipal

Hernâni Dinis Venâncio Dias